

# Aprovado para Sarney mandato de cinco anos

A Comissão do Sistema de Governo aprovou ontem, por 49 votos a 13, emenda do deputado Genebaldo Correia (PMDB-BA) fixando o mandato do presidente Sarney em cinco anos. Também foi aprovado o substitutivo do deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), ressaltados os destaques, que adota o regime parlamentarista como forma de governo. O substitutivo do relator obriga Sarney a nomear o primeiro-ministro, após a promulgação da nova Constituição.

O texto final do substitutivo resultou de um acordo entre os principais grupos na comissão, à exceção de temas polêmicos como o mandato presidencial e a inclusão dos ministros militares na moção de censura. A corrente moderada, que aprovou cinco anos para Sarney, tenta votar uma emenda tornando o voto de confiança coletivo, o que evitaria as moções individuais ou plurais de ministros. Esta seria uma fórmula compensatória para impedir a reprobatoria aos militares.

## Primeiro-Ministro

A indicação do primeiro-ministro será feita pelo presidente da República e deverá ser aprovada, por maioria absoluta, pela Câmara dos Deputados. Caso a Câmara rejeite por duas vezes os nomes apresentados pelo chefe do Executivo, caberá aos deputados elaborar uma lista dupla para que o presidente escolha desta lista o primeiro-ministro. O presidente somente poderá dissolver a Câmara caso ela não consiga obter a maioria absoluta para eleger a lista dos dois nomes.

O relator chegou a esta fórmula depois de várias reuniões com os membros da comissão, evitando que o seu substitutivo fosse derrotado tanto com os votos dos parlamentaristas

como dos presidencialistas. A proposta anterior previa a dissolução da Câmara, pelo Presidente, já na segunda reprovção, o que forçava os deputados a aceitarem o nome escolhido pelo Executivo, para que não perdessem seus mandatos.

O deputado Egídio Ferreira Lima decidiu também restabelecer a vitaliciedade para os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), que pela proposta original do relator previa um mandato de 12 anos, sem direito à renovação. Egídio manteve, porém, a competência de Tribunal Constitucional para o STF.

## Atribuições

De acordo com o substitutivo aprovado, o presidente da República será o supervisor das ações de governo e poderá inclusive exonerar o primeiro-ministro, depois de ouvido o Conselho da República, e quando a medida for necessária para assegurar o regular funcionamento das instituições democráticas. A decisão deverá ser comunicada em 48 horas ao Congresso Nacional. A exoneração do primeiro-ministro, por iniciativa do Presidente, implicará a exoneração dos demais integrantes do Conselho de Ministros.

Caberá também ao presidente da República, que terá mandato de cinco anos, supervisionar o orçamento financeiro e o programa de governo, iniciar o processo legislativo e sancionar ou vetar projeto de lei, declarar guerra ou celebrar a paz e exercer o comando das Forças Armadas. Ao primeiro-ministro compete exercer a direção superior da administração federal, elaborar o plano de governo e orçamentário, indicar ministros e iniciar o processo legislativo, além de acumular, eventualmente, qualquer ministério.

Nélio Rodrigues



Comissão do Sistema de Governo decidiu aprovar também o substitutivo que adota o sistema parlamentarista

## FINANÇAS

# Deputado aponta vitória dos bancos estrangeiros

Os bancos, em especial os bancos estrangeiros, foram os principais vitoriosos na Comissão de Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, que ontem aprovou a parte financeira do relatório do deputado José Serra (PMDB-SP), sem praticamente absorver o conteúdo da proposta da Subcomissão de Finanças, nem os destaques de maior significado, entre os 80 pedidos que tiveram sua votação encaminhada ontem e anteontem na comissão.

A vitória dos bancos é uma interpretação do deputado Walmor de Luca (PMDB-SC), que empenhou-se ao extremo para ver algumas das proposições do deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), relator da Subcomissão de Finanças, aprovadas no plenário.

Segundo o parlamentar catarinense, «a comissão chegou ao absurdo de atribuir ao Congresso Nacional a responsabilidade de aprovar o nome do presidente do Banco Central, sem ter autonomia para destituí-lo do cargo, quando necessário», disse.

Ele criticou ainda a forma como foram conduzidos os trabalhos: primeiro, segundo ele, porque não se ateu a normas regimentais; segundo, porque o presidente votou o rela-

tório do deputado José Serra, sem colocá-lo em discussão.

## Destaques

A parte do relatório que trata do sistema tributário começou a ser discutida ontem, às 19 horas. Além do substitutivo do relator, havia para serem debatidas e votados, cerca de 200 destaques. Somados a mais 120 destaques da parte do Orçamento, tudo indicava que não havia tempo suficiente para a finalização do documento da comissão, que está obrigada a entregar seu relatório até o final da noite de hoje.

No final da noite de ontem, um grupo de parlamentares levantou a hipótese de uma prorrogação por mais 24 horas. Caso, entretanto, não haja essa prorrogação, os trabalhos deverão ser intensificados ao longo do dia de hoje.

Segundo se soube ontem, a parte do documento que trata da questão tributária apesar do número de destaques não chegaria a provocar muitos problemas, porque o relator já havia acertado por antecipação alguns pontos de interesses conflitantes entre regiões. Na parte do Orçamento haviam alguns problemas pendentes de solução.

## EDUCAÇÃO/CULTURA

# Lysâneas denuncia complô para derrubar anteprojeto

Dos 356 pedidos de destaques apresentados ao projeto do senador José Bisol (PMDB-RS), a Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher só conseguiu votar 100 até o início da noite de ontem. O Regimento Interno estabelece o prazo até a meia-noite de hoje para a conclusão do processo de votação, e caso não se concretize, o relator enviará o anteprojeto, os destaques, as emendas e as justificativas à Comissão de Sistematização. O deputado Lysâneas Maciel (PDT/RJ) denunciou em plenário, que atrás das provocações dos «conservadores» existe um golpe armado com o objetivo claro de inviabilizar a votação e derrubar na íntegra o anteprojeto.

O presidente da Comissão Temática, deputado Mário Assad (PFL/MG) considerou ser uma pena, após dois meses de trabalho, ver o tempo perdido com a possibilidade da votação não terminar no prazo regimental. «O parlamentarismo é a arte do diálogo», afirmou esperançoso Assad relevando ser importante a tentativa de um acordo entre os grupos «progressistas» e «conservadores». Neste raciocínio o senador José Bisol comentou que «as contingências do momento farão o entendimento e o acordo prevalecer».

## Alterações

O acordo entre os dois grupos possibilitou a aprovação de dois assuntos polêmicos: a propriedade e a censura

no rádio e televisão. Por 24 votos contra 15 a Comissão manteve o texto do relator nas letras a, b e c do inciso XIV do artigo 3º: «As diversões e os espetáculos públicos, incluindo os programas de televisão e rádio, ficam sujeitos às leis de proteção da sociedade, que não tem caráter de censura».

Mas o entendimento dos «progressistas» e conservadores atingiu seu ápice com o acolhimento da nova redação dada ao inciso XVII do artigo 3º, cuja novidade maior foi o estabelecimento de que os planos, programas e projetos de desenvolvimento social e econômico dos municípios serão submetidos à apreciação judicial antes de iniciar as desapropriações necessárias. Outra inovação inclui que os bens de uso pessoal ou familiar são suscetíveis de desapropriação em casos de interesses social e necessidade pública, mediante justa e imediata indenização.

O diploma continua sendo obrigatório para o exercício da profissão de jornalista. Esta decisão pois confirmada, ontem, após votação de pedido de destaque do deputado Agasiz Almeida (PMDB/PB), na Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, com o resultado de 36 votos contra 5. O dispositivo rejeitado do relator, senador José Bisol (PMDB-RS), dispensava o diploma e o registro profissional.